



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

DESPACHO

De: SUPEL-ASTEC

Para: SUPEL-CPLO

Processo Nº: 0065.000940/2023-49

Assunto: Decisão Autoridade Superior em sede Recursal

Senhora Presidente de Comissão,

Tratam-se os presentes autos de concorrência pública de n. 09/2023/CPLO/SUPEL/RO, que tem por objeto a "*construção do Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE*", visando atender as necessidades da FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - FEASE.

Aportaram os autos na Assessoria Técnica para elaboração de decisão, consoante previsto no art. 109, § 3º, da Lei n. 8.666, de 93 ^[1].

Ao compulsar dos autos, nota-se, da Ata de Sessão de Julgamento do Recurso elaborada pela Comissão (Id. Sei! 0042858036), que a Comissão condutora do certame deu integral **provimento** aos recursos interpostos pelas empresas **PORTO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP** (Id. 0042252397) e **MEKA ENGENHARIA LTDA** (Id. 0042308174), para reformar a decisão exarada na ata da sessão de análise e julgamento realizada no dia 22.09.2023.

Trata-se, pois, de julgamento face ao desdobramento do princípio da autotutela, em que se exerce o controle sobre seus próprios atos para revê-los.

Neste cerne, de acordo com o dispositivo legal mencionado - art. 109, da Lei 8.666 -, os autos apenas deveriam ser remetidos para decisão da autoridade superior quando **não houver** retratação.

Na ocasião nota-se que houve a procedência do recurso, e por esta ocasião, a reconsideração de decisão proferida nos autos.

Por esse motivo os autos devem retornar para a responsável pela condução do procedimento licitatório para que adote as medidas necessárias e cabíveis ao prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

Israel Evangelista da Silva
Superintendente
Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

^[1] Art. 109.

(...) § 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do

recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Evangelista da Silva, Superintendente**, em 30/10/2023, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0043066017** e o código CRC **168CDEC9**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0065.000940/2023-49

SEI nº 0043066017